



Federal do Oeste da Bahia (UFOB), consolidam nossa crença de que os avanços continuarão e serão potencializados com uma característica importante: permitir uma melhor distribuição espacial da base científica e das oportunidades de desenvolvimento tecnológico”, afiança o gestor baiano.

O DESAFIO DA QUALIDADE A opinião do secretário de C&T de Fortaleza, Tarcísio Pequeno, é menos otimista em relação aos colegas, pelo menos em âmbito nacional: “Estamos passando por uma troca de poder tanto no plano federal como no plano estadual. No plano federal não há perspectivas muito positivas por conta da situação macroeconômica e das pressões do mercado financeiro e da imprensa, que provavelmente resultarão em cortes de verba pública e, como todos sabemos, a área de ciência e tecnologia sempre está na linha de frente da lâmina de corte. As perspectivas não são boas. No entanto, no plano estadual, pode-se antever uma melhora, dada a natureza do governo entrante, muito aberto ao diálogo e consciente da importância da ciência e tecnologia na construção de uma nova estratégia para o desenvolvimento do estado. É lícito esperar, por exemplo, que, pela primeira vez, o recurso previsto constitucionalmente em 2% da

receita tributária líquida para a Funcap seja honrado”, aponta. Apesar de avanços no cenário de publicações e pedidos de patentes das universidades da região, nenhuma delas figura entre as 10 melhores do país no Ranking Universitário Folha. O aumento significativo dos investimentos não significa melhora na qualidade das pesquisas, como destaca o professor Gilson Volpato, da Universidade Estadual Paulista (Unesp): “A diminuição das disparidades na qualidade científica em nosso país não depende somente de dinheiro, mas de educação. O processo de formação de cientistas no Brasil é antiquado e equivocado, ao menos aquele que se concentra na pós-graduação. Com isso, núcleos de pesquisa tradicionais e que se concentram em certos estados acabam se destacando”, enfatiza. Os problemas não se restringem à qualidade da pesquisa. Para Tarcísio Pequeno, as políticas de financiamento ainda são escassas. “Esse financiamento tem que ser disputado em editais, normalmente dirigidos à inovação, em que frequentemente os órgãos públicos não podem competir. Essa é a principal dificuldade que temos. O sistema de C,T&I não está preparado para apoiar órgãos como o nosso”, finaliza.

Giselle Soares

PESCA

Impactos da pesca recreativa sob a perspectiva da pesquisa científica

O tucunaré nos rios ou o marlim azul no mar são espécies de peixes brasileiros que atraem adeptos da pesca esportiva, rendendo batalhas memoráveis para os pescadores. Não com menos atenção, os pesquisadores da pesca esportiva também têm travado batalhas incansáveis na busca pelo conhecimento científico. Diferente do que se imagina, a pesca recreativa, apesar de associada ao lazer, pode causar danos, como apontam pesquisas recentes. O relatório final da mais recente conferência mundial sobre o tema – 7ª Conferência Mundial de Pesca Recreativa (7ª WRFC) – mostrou, entre outros fatos, que o rápido crescimento da pesca recreativa decorrente do turismo nos países em desenvolvimento causou problemas sociais e ecológicos. Realizada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o evento avaliou que os benefícios econômicos dos empreendimentos desse setor permanecem com os investidores estrangeiros e nem sempre com os agentes das economias locais. Parece também haver um crescimento significativo nos ín-



Ezequiel Theodoro da Silva

Pesca recreativa cresce, mas impactos são pouco conhecidos

indices de participação na pesca recreativa em países em desenvolvimento, mas este fenômeno geralmente ocorre de maneira não regulamentada (monitorada) devido à falta de reconhecimento da área (pesca recreativa) nas políticas desses países.

MONITORAMENTO Para aumentar a consciência dos problemas do setor, bem como as oportunidades, o incentivo a programas de pesquisa sobre o tema são fundamentais para formular políticas públicas adequadas ao monitoramento da pesca recreativa. Apesar de nos países desenvolvidos haver maior engajamento com o processo de desenvolvimento de políticas de pesca e de gestão de recursos em nível internacional, nacional e local, nos países em desenvolvimento a situação é ainda pior não sendo observados esforços significativos para o monitoramento da pesca recreativa.

Existem diferenças marcantes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nos esforços voltados para o monitoramento da pesca recreativa e na produção científica sobre o tema, sendo maior nos países desenvolvidos. Mas todos concordam que a pesquisa científica

será capaz de gerar informações fundamentais para a formulação de políticas públicas voltadas à exploração sustentável da pesca recreativa.

Na Argentina, pesquisadores evidenciaram que a pesca esportiva é responsável por significativas contribuições econômicas na província de Salta. No Reino Unido, a pesca esportiva tem sido apontada por pesquisadores como ferramenta para dar acesso aos pescadores a informações científicas relevantes, auxiliando a tomada de decisão dos mesmos. Já nos EUA, as pesquisas científicas visam gerar informações para garantir a sobrevivência de um peixe predador conhecido como trevally (*Caranx ignobilis*) após a soltura, entre muitos outros.

No Brasil, apesar do crescimento, muitos entraves são apontados pelos pesquisadores para a prática sustentável da pesca esportiva. Entre os

desafios estão a ausência ou má ordenação dos esforços na esfera da preservação-conservação do meio ambiente, o número insignificante de pesquisas nacionais focando a vida aquática em sua relação direta com as práticas de pesca esportiva nas diferentes regiões brasileiras, investigações de natureza econômica, entre outros. Além desses aspectos, diferente de muitos países, a pesca esportiva é uma ferramenta pouco explorada no Brasil para a preservação dos recursos hídricos costeiros ou de águas interiores.

PESCA, DIVERSÃO E PESQUISA Para Kátia Freire, professora do Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal de Sergipe (UFS), embora algumas pesquisas isoladas indiquem elevada importância econômica local da pesca recreativa, ainda se desconhece o total capturado pela pesca esportiva no país, assim como a proporção da captura que é liberada através do pesque-e-solte e o valor econômico total dessa atividade.

Com a realização da 7ª WRFC, um grupo de 19 pesquisadores reuniu-se para produzir um artigo científico que retrate as diferentes nuances da pesca esportiva no Brasil. Os impactos negativos associados à pesca recreativa sem monitoramento evidenciam a urgência da realização de mais pesquisas sobre o tema.

Juliana Schober